

2

Pressupostos teóricos e metodológicos

“A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua.” (Bakhtin, [?] 2000, p. 282)

“Os significados se revelam no ‘discurso’ – que é a língua usada com um propósito, seja na forma de um turno conversacional, um poema, um manual de instruções, um interrogatório policial, um romance, ou em qualquer outra das inumeráveis atividades lingüísticas de que todos nós nos ocupamos diariamente.” (Lakoff, 2000, p. 8) (minha tradução)

A relação íntima e necessária entre língua e vida social é o pano de fundo contra o qual os pressupostos teóricos e metodológicos deste trabalho serão apresentados.

Esta relação, que qualifiquei acima de “necessária”, não foi o foco teórico com o qual a Lingüística se estabeleceu como ciência na primeira metade do século XX. Com sua conhecidíssima dicotomia *langue e parole* (língua e fala), Saussure definiu a *língua* – sistema de signos de natureza psíquica e convencional, “uma forma e não uma substância” (Saussure, 2004, p. 141) – como único objeto da Lingüística. Para Saussure, a *fala* – atualizações “individuais e momentâneas” (2004, p.28) do sistema da língua – estaria fora do escopo dos estudos lingüísticos, pois seria “incognoscível” (2004, p. 28), justamente em virtude de seu caráter de manifestação livre e individual. Uma outra noção saussureana, a de língua como instituição social – “um produto herdado de gerações anteriores” (2004, p. 86) e que “não existe senão nos que a falamos” (2004, p. 12) – ficou um pouco esquecida nessa dicotomia ¹.

Mudanças de ponto de vista ocorridas nas ciências sociais e humanas na segunda metade do século XX (basicamente uma ruptura com o ponto de vista essencialista e representacionista) foram cruciais para que o *discurso*, ou seja, a língua usada em interações sociais concretas para “fazer coisas”, passasse a ser objeto de estudo dos lingüistas. A natureza performativa da linguagem, a linguagem encarada como forma de ação situada, como prática social – este passou a ser o foco

¹ Tendo sido recuperada posteriormente por lingüistas afinados com a tradição saussureana como Coseriu e Hjelmslev, que introduziram um nível de abstração intermediário entre o sistema abstrato da língua e a realização individual da fala, com as noções de norma e uso, respectivamente.

teórico de correntes do pensamento lingüístico surgidas após e em oposição ao estruturalismo lingüístico e ao gerativismo chomskyniano. Este é o foco teórico de uma perspectiva sociolingüística interacional de análise do discurso, que informa a presente dissertação.

2.1

A polifonia do discurso e a inescapável dialogia do enunciado

Bakhtin (2000) faz uma distinção analítica entre palavras e orações, que são as unidades da língua enquanto sistema formal e abstrato (a *langue* de Saussure) e os enunciados, que são “a[s] unidade[s] rea[is] da comunicação verbal” (Bakhtin, 2000, p. 287). Os enunciados são unidades do discurso, ou seja, da fala (à maneira da *parole* de Saussure), ou ainda, para usar uma terminologia sociolingüística, unidades da língua em uso.

Os enunciados, orais ou escritos, “concretos e únicos”, são “individuais” (Bakhtin, 2000, p. 279) mas não são independentes das esferas de atividade onde ocorrem. Por seu conteúdo temático, estilo verbal e construção composicional, eles refletem as condições e os propósitos das esferas de atividade em que ocorrem, as quais, no dizer de Bakhtin, “elabora[m] seus tipos *relativamente estáveis* de enunciados” (2000, p. 279). A esses tipos relativamente estáveis de enunciados em cada esfera da atividade humana Bakhtin deu o nome de *gêneros do discurso*. Assim, embora os enunciados sejam sempre individuais, concretos e únicos, eles não são combinações absolutamente livres das formas da língua, pois o uso da língua se dá no âmbito das atividades humanas, as quais têm formas-padrão (com níveis de padronização bastante variáveis) para estruturar os enunciados.

Os gêneros do discurso bakhtinianos incluem os gêneros literários e retóricos, mas não se limitam a eles, abrangendo ainda atividades humanas tão díspares quanto a conversa em família, o arrazoado de um advogado diante do juiz, uma consulta médica, uma entrevista de emprego, uma queixa na delegacia, etc, etc, etc... (Como diz Bakhtin (2000, p. 279), “a riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável”.)

Bakhtin distingue entre gêneros *primários* (simples), em que há co-presença e interação, e gêneros *secundários* (complexos) – o romance, o teatro, o texto

científico, o discurso político, entre outros. Segundo Amorim (2002, p. 14), “o gênero bakhtiano é um modo de dizer que tem suas regras e suas finalidades engendradas socialmente, o que confere a todo discurso o caráter de uma prática social.” Para Bakhtin, aprender a falar uma língua envolve não somente aprender a língua enquanto código lingüístico, mas também adquirir domínio de gêneros do discurso; ou seja, aprender a falar uma língua é aprender a falar usando os gêneros do discurso, que é, resto, o único modo de falar. Por isso Amorim sugere (2002, p. 15) que “entre os gêneros de Bakhtin não há nenhum espaço; é como se o mundo social estivesse plenamente ocupado pelos diferentes gêneros”.

Uma característica constitutiva dos enunciados é especialmente importante para a análise que vou fazer: o enunciado pressupõe o outro. Ou seja, qualquer enunciado não simplesmente diz algo, mas diz algo para alguém. A este alguém, a este outro, que o enunciado pressupõe chamamos de destinatário, ou ouvinte, receptor, interlocutor, leitor, telespectador, audiência, platéia, público. “Ter um destinatário, dirigir-se a alguém, é uma particularidade constitutiva do enunciado, sem a qual não há, e não poderia haver, enunciado” (Bakhtin, 2000, p. 325). Mais do que isso, como já citado no item 1.3, “o enunciado, desde o início, elabora-se em função da eventual reação-resposta, a qual é o objetivo preciso de sua elaboração” (Bakhtin, 2000, p. 320). Na interpretação e nas palavras de Moita Lopes (2001, p. 58), “não há discurso sem interlocução, i.e., sem que a alteridade seja um fator integrante do discurso: sem que seja socioconstruído tanto na modalidade escrita quanto oral”.

A citação a seguir, de Bakhtin, expõe o caráter inelutavelmente dialógico de qualquer enunciado:

“O próprio locutor como tal é, em certo grau, um respondente, pois não é o primeiro locutor, que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de um mundo mudo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza, mas também a existência de enunciados anteriores – emanantes dele mesmo ou do outro – aos quais seu próprio enunciado está vinculado por algum tipo de relação (fundamenta-se neles, polemiza com eles), pura e simplesmente ele já os supõe conhecidos do ouvinte. Cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados.” (Bakhtin, 2000, p. 291)

No pensamento bakhtiniano, várias vozes falam no interior de um enunciado, de um texto, do discurso. O conceito de polifonia, em Bakhtin, se refere a essas múltiplas vozes do texto.

Primeiramente, no lugar da enunciação, é preciso distinguir a voz do locutor, equivalente ao sujeito do enunciado, da voz do autor, o sujeito da enunciação. Segundo interpretação de Amorim (2002, p. 10), “o locutor é sempre um personagem, enquanto a voz do autor está em todo lugar e em nenhum lugar em particular.”

Em seguida, no lugar do destinatário, é preciso distinguir entre o destinatário real, que efetivamente lê o texto e interpreta o que lê, e o destinatário suposto. Destinatário suposto e destinatário real são vozes que falam a partir do lugar do destinatário. Quando citei Bakhtin mais acima, sobre o enunciado ser elaborado “em função da eventual reação-resposta” do destinatário, estava me referindo a essa noção de destinatário suposto. Nesse sentido, o destinatário suposto é co-autor do texto, co-construtor do enunciado.

Por outro lado, em virtude de sua atividade interpretativa, também o destinatário real é co-autor do texto, também é co-construtor do enunciado, embora num momento posterior. Há ainda uma terceira voz no lugar do destinatário, que é a voz do sobredestinatário que interpreta e reconstrói o texto no futuro, de outro modo, em outro contexto social e cultural: trata-se de uma co-construção histórica, diacrônica. Segundo Amorim, o destinatário suposto “faz que um texto seja sempre um texto de seu tempo e de seu meio”, enquanto “o sobredestinatário, ao contrário, libera o texto das limitações de seu contexto” (Amorim, 2002, p. 9) .

Decorre da dinâmica descrita acima que qualquer enunciado é sempre único, ou seja, as mesmas palavras e frases repetidas ou relatadas para outros destinatários, em outro tempo e lugar, em outra situação, em outro contexto, com outros propósitos, não restituem a enunciação original, mas constituem uma nova enunciação.

Finalmente, também no objeto sobre o qual fala o enunciado há vozes que podem ser ouvidas e também aí, no lugar do objeto, se revela a dialogia. A esse respeito, Bakhtin é enfático:

“Por mais monológico que seja um enunciado (uma obra científica ou filosófica, por exemplo), por mais que se concentre em seu objeto, ele não pode deixar de ser também, em certo grau, uma resposta ao que já foi dito sobre o mesmo objeto, sobre o mesmo problema, ainda que este caráter de resposta não receba uma expressão externa bem perceptível. A resposta transparecerá nas tonalidades do sentido, da expressividade, do estilo, nos mais ínfimos matizes da composição. As tonalidades dialógicas preenchem um enunciado e devemos levá-las em conta se quisermos compreender até o fim o estilo do enunciado.” (Bakhtin, 2000, p. 317)

Considerando a visão bakhtiniana que vê a dialogia como constitutiva dos enunciados, considerando também o tipo de enunciado que constitui meus dados de análise, penso que, usando um vocabulário consistente com a perspectiva sócio-interacional deste trabalho e mantendo a coerência com a visão bakhtiniana, é possível dizer que qualquer enunciado e, em especial, os enunciados que compõem os discursos políticos sofrem a influência do destinatário na sua própria elaboração. O político/orador tem uma expectativa com relação a como o que ele diz será recebido/entendido pelo público, tanto o público específico e imediato (a platéia presente), como o público mais amplo, e em geral mais heterogêneo, que será alcançado através da mídia (a platéia mediada). Esta expectativa quanto aos efeitos de seu pronunciamento sobre os vários públicos (ou ainda a busca de determinados efeitos) é que vai moldar os enunciados que compõem um discurso político, influenciando seu conteúdo temático, as escolhas lexicais e estilísticas e sua própria construção composicional.

Dito de outra forma, a expectativa que o redator/orador tem da atitude responsiva do público é fator determinante na elaboração dos discursos políticos. Qualquer discurso é elaborado respondendo a anseios, perguntas, contestações ou críticas que o redator/orador supõe e/ou sabe que o público fará ou fez. Nesse sentido, o papel do ouvinte (o público) é muito menos passivo do que faz supor o termo *ouvinte* e muito mais próximo do papel ativo de um interlocutor (ouvinte-falante) na troca conversacional. A expectativa da reação do público influi na criação (forma e conteúdo) do enunciado. Voltando à Bakhtin:

“O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera (a palavra ‘resposta’ é empregada aqui no sentido lato): refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles.” (Bakhtin, 2000, p. 316)

É essa visão da atividade discursiva como fundamentalmente dialógica que vai me permitir, na análise dos dados, me referir, por exemplo, a “a enunciados anteriores, explícitos ou implícitos, de vozes não-presentes” (vide p. 78 deste trabalho). A Linguística Sócio-interacional, minha perspectiva metodológica nesse trabalho, vê as identidades e os significados como co-construídos discursivamente na interação, portanto contextualmente localizados. Ora, a interação não se dá no vácuo: está sempre inserida em uma determinada situação social e cultural. Entendo que a

Sócio-interacional vê a co-construção de identidades e significados não apenas como contextualmente localizada no nível micro de uma interação específica, mas também culturalmente localizada. Essa visão de contexto macro permite ao analista fazer inferências com base em algo que está, em certa medida, fora do texto. Não se trata de trazer para a análise do discurso categorias sociológicas prontas, mas sim de procurar ouvir as múltiplas vozes que falam dentro do texto, tanto no lugar do objeto (o conteúdo), como no lugar do enunciador e dos destinatários. Uma análise que acolha não só as inferências firmemente ancoradas no texto (contexto micro) mas também aquelas baseadas em conhecimentos pressupostos e versões do mundo culturalmente compartilhadas (contexto macro) apresenta mais riscos (em termos de crítica àquilo que sustenta essas interpretações). Mas se, através da análise do discurso e da análise das narrativas, visamos estudar a sociedade em que vivemos, então penso que devemos estar dispostos a correr esses riscos.

2.2

Enquadres

A noção de enquadre proposta pelo antropólogo inglês Gregory Bateson em 1972 em sua teoria sobre a brincadeira e a fantasia é fundamental para a análise de enquadres desenvolvida posteriormente, em 1974, por Goffman. Bateson considera que a comunicação humana sempre acontece no que ele chama de “níveis contrastantes de abstração” (Bateson, 2002, p. 87). Para interpretar o que está realmente acontecendo numa dada interação é preciso saber ler os sinais, verbais e não-verbais, que nos permitem determinar o enquadre ou enquadres dessa interação. São esses sinais que nos dirão se uma determinada interação está se desenrolando como uma briga ou uma brincadeira, se se deve interpretar um determinado enunciado como piada ou ofensa, se se trata de conselho bem-intencionado, crítica ou sarcasmo, e assim por diante. Nem sempre os sinais são claros, ou pelo menos não tão claros para o ouvinte quanto teria sido, talvez, a intenção do falante, o que pode dar origem a mal-entendidos.

Bateson fala das metacomunicações - mensagens quase sempre implícitas que nos possibilitam determinar as relações (alinhamentos, na terminologia de Goffman) que os falantes vão estabelecendo entre si numa determinada interação – e chama a

atenção para “natureza instável do enquadre” (Bateson, 2002, p. 92). Essa natureza instável do enquadre leva não só aos mal-entendidos mencionados acima (quando o ouvinte não interpreta os sinais de acordo com a intenção do falante), mas cria também a possibilidade de um *jogo de ambigüidades*, quando os sinais emitidos são propositalmente ambíguos de forma a possibilitar diferentes interpretações por parte dos ouvintes.

Em trabalho de 1979 (*What's in a frame ?*), Tannen sugeria que o termo “enquadre” e outros termos semelhantes, entre eles, “*script*”, “esquema” e “atividade de fala”, “reflet[iriam] a noção de estrutura de expectativa” (Tannen e Wallat, [1987]2002, p.187). Conforme observam Ribeiro e Garcez (2002, p. 183), Tannen e Wallat propõem, em trabalho posterior, de 1987, “distinguir claramente dois tipos de estrutura de expectativas”, duas categorias em que se encaixariam “os vários usos do termo enquadre e outros termos afins” (Tannen e Wallat, [1987] 2002, p. 188): enquadres e esquemas.

A noção de *esquema* ou *esquema de conhecimento*, que, segundo Tannen e Wallat, tem sido usada com nomes diferentes em trabalhos de Inteligência Artificial, Psicologia e Semântica, daria conta dos aspectos cognitivos presentes nas interações. Um *esquema de conhecimento* implicaria em um elenco de expectativas que orientam os significados que falantes e ouvintes podem ou devem construir em uma determinada interação e indicam as contribuições permitidas ou esperadas desses participantes. Esse elenco de expectativas se fundamenta em um determinado conhecimento pressuposto ou *conhecimento de mundo* (aspecto cognitivo). Por isso, comparativamente à noção de *enquadre interativo* (que veremos abaixo), a noção de *esquema de conhecimento* pareceria, à primeira vista, uma noção estática. No entanto, o elenco de expectativas que constitui um esquema de conhecimento é apenas relativamente estável, pois, “as expectativas sobre objetos, pessoas, cenários, modos de interação e tudo o mais no mundo são continuamente comparados à experiência de vida e, então, revistas” (Tannen e Wallat, [1987]2002, p.191). Ou seja, nossas versões do mundo se reconfiguram constantemente para se adequar às nossas novas experiências, embora essas reconfigurações possam ser ou parecer mínimas.

Já a noção de *enquadre*, que as autoras também chamam de *enquadre de interpretação* ou ainda de *enquadre interativo*, dá conta dos aspectos propriamente interativos (por oposição a cognitivos) das interações e comparece principalmente em

trabalhos de Antropologia Lingüística e Sociologia. No dizer de Tannen e Wallat, “a noção interativa de enquadre se refere à definição do que está acontecendo em uma interação, sem a qual nenhuma elocução (ou movimento ou gesto) poderia ser interpretado” (Tannen e Wallat, [1987]2002, p. 188). A definição do que está acontecendo em uma interação é negociada dentro da interação, no desenrolar da atividade, e é sinalizada verbalmente ou não, implícita ou explicitamente – são as metacomunicações de que nos fala Bateson.

Na análise que se segue (capítulos 4 e 5), para compreender e analisar as identidades e os sentidos que vão sendo construídos nos discursos escolhidos através de narrativas pessoais encaixadas, utilizarei a noção bakhtiniana de *gênero do discurso*, discutida no sub-item 2.1, e a noção de *enquadre interativo*, discutida acima, neste sub-item.

É a noção bakhtiniana de *gênero do discurso* que uso quando digo que qualquer discurso pronunciado pelo presidente tem, por definição, um *enquadre geral* óbvio: trata-se de um discurso do presidente da república e, como tal, trata-se de um *discurso político*. Esse enquadre geral é estabelecido pelo cargo que o orador ocupa e pela situação de evento oficial/ cerimônia pública em que os discursos são proferidos.

Superpostos ao *enquadre geral* de discurso político, entendido como um *gênero*, vários *enquadres interativos* vão sendo construídos no desenrolar de cada discurso. Esses enquadres são sinalizados de dentro do discurso de vários modos, inclusive por “um elemento chave no enquadramento [que] é o uso de registros lingüisticamente identificáveis” (Tannen e Wallat, [1987]2002, p. 194), os quais implicam em determinadas escolhas lexicais, sintáticas e prosódicas. (As escolhas prosódicas estão fora da minha análise, uma vez que, nesse trabalho, uso as transcrições fornecidas no *site* da Secretaria de Imprensa da Presidência, texto escrito, portanto, e não gravações dos discursos proferidos.)

Dois outros aspectos vão ser relevantes na discussão dos enquadres interativos: o tipo específico de situação/ evento/ acontecimento social, ou *atividade dentro do/ da qual* o discurso é pronunciado (por exemplo, formatura, lançamento de programa governamental, abertura de congresso, assinatura de acordo, etc.) e as platéias específicas presentes ao proferimento de cada discurso (por exemplo, formandos, beneficiários de programa governamental, sindicalistas, etc.).

2.3

Jogando o jogo das identidades

Em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade* ([1992] 2005), Hall argumenta que a concepção pós-moderna de identidade é oposta à concepção de uma identidade racional, consciente, estável e essencial, baseada numa visão individualista de sujeito, que vigorou no pensamento ocidental desde o Iluminismo; por outro lado, seria um desdobramento da concepção interativa de identidade, que se tornou clássica na sociologia a partir de meados do século XX com os interacionistas simbólicos, e que vê a identidade como construída na interação entre o sujeito e a sociedade. Hall sustenta ainda que as rápidas mudanças sociais da chamada modernidade tardia (as últimas duas ou três décadas do século XX), decorrentes de um extraordinário desenvolvimento tecnológico, especialmente na área das telecomunicações, informaram o processo conhecido como processo de *globalização*, levaram a uma espécie de encolhimento do espaço e do tempo e estariam na origem do processo de fragmentação e descentramento da identidade do sujeito pós-moderno.

Dentro desse panorama, os discursos teóricos contemporâneos da sociolinguística interacional e da sociologia tendem a uma visão anti-essencialista e mais ou menos consensual relativamente à noção de identidade do sujeito pós-moderno: tendem a ver a identidade como não-essencial, construída na interação, plural, instável, fragmentada, descentrada (Hall, [1992]2005, pp. 10-13). Segundo Hall, “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos” ([1992] 2005, p. 13) e essas identidades podem até ser contraditórias.

Para dar uma idéia de como esses argumentos abstratos se aplicam a uma situação concreta, Hall recorre a um episódio muito conhecido da vida política norte-americana: a “novela” da confirmação, em 1991, do juiz da suprema corte Clarence Thomas, após as denúncias de assédio sexual feitas por uma ex-colega de trabalho, Anita Hill. A citação é longa, mas, creio, muito esclarecedora sobre como pode funcionar o “jogo de identidades” que se instaura a partir do momento em que se está lidando com identidades plurais e instáveis, que “muda[m] de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado”. (Hall, [1992] 2005, p. 21)

“Em 1991, o então presidente americano, Bush, ansioso por restaurar uma maioria conservadora na Suprema Corte americana, encaminhou a indicação de Clarence Thomas, um juiz negro de visões políticas conservadoras. No julgamento de Bush, os eleitores brancos (que podiam ter preconceitos em relação a negro) provavelmente apoiariam Thomas porque ele era conservador em termos da legislação de igualdade de direitos, e os eleitores negros (que apóiam políticas liberais em questões de raça) apoiariam Thomas porque ele era negro. Em síntese, o presidente estava ‘jogando o jogo das identidades’.

Durante as audiências em torno da indicação, no Senado, o juiz Thomas foi acusado de assédio sexual por uma mulher negra, Anita Hill, uma ex-colega de Thomas. As audiências causaram um escândalo público e polarizaram a sociedade americana. Alguns negros apoiaram Thomas, baseados na questão da raça; outros se opuseram a ele, tomando como base a questão sexual. As mulheres negras estavam divididas, dependendo de qual identidade prevalecia: sua identidade como negra ou sua identidade como mulher. Os homens negros também estavam divididos, dependendo de qual fator prevalecia: seu sexismo ou seu liberalismo. Os homens brancos estavam divididos, dependendo não apenas de sua política, mas da forma como eles se identificavam com respeito ao racismo e ao sexismo. As mulheres conservadoras brancas apoiavam Thomas, não apenas com base em sua inclinação política, mas também por causa de sua oposição ao feminismo. As feministas brancas, que freqüentemente tinham posições mais progressistas na questão da raça, se opunham a Thomas tendo como base a questão sexual. E, uma vez que o juiz Thomas era um membro da elite judiciária e Anita Hill, na época do alegado incidente, uma funcionária subalterna, estavam em jogo, nesses argumentos, também questões de classe social.” (Hall, [1992] 2005, pp.18-20)

A história acima é exemplar pois ilustra concretamente o que se quer dizer com identidades *plurais* e *instáveis* e mostra como se instaura o *jogo de identidades*. Na falta de uma identidade essencial e estável, e diante da erosão e deslocamento de categorias sociológicas clássicas como por exemplo raça e classe social, as identidades se constroem discursiva e fragmentariamente na interação, no desenrolar de eventos, tanto na esfera pública quanto privada, e a obtenção de identificações não é nem automática nem estável, com importantes implicações para a prática política. No dizer de Hall, “uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada”. ([1992] 2005, 21)

Hall aponta para “um *eu* inevitavelmente performativo” ([1996] 2000, p. 103), ou seja, um *eu* que se constrói na atividade discursiva, em *performances* sociais². Essa abordagem discursiva da construção do *eu* vê a identidade como um conceito

² É interessante notar que, já em 1959, antes portanto da pós-modernidade, Goffman ([1959] 2007) se propunha a estudar a vida social e o modo como o indivíduo se apresenta aos outros nas atividades da vida cotidiana de uma perspectiva da *representação teatral*. Segundo a visão de Goffman, nas interações do dia-a-dia, o indivíduo representa papéis, ou seja, constrói, de várias maneiras, inclusive discursivamente, representações socialmente localizadas do *eu (self)*.

que não é essencialista, mas sim “estratégico e posicional” (Hall [1992] 2005, p. 103). A propósito da abordagem discursiva para o conceito de identidade, Hall afirma (grifos meus):

“Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente **construídas ao longo de discursos, práticas e posições** que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma **historicização** radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.” (Hall [1992] 2005, p. 103)

Será fundamental para a análise dos dados no presente trabalho identificar as estratégias lingüísticas e comunicativas que instauram no discurso o *jogo de identidades* mencionado por Hall, cujo objetivo é ganhar e garantir identificações e lealdades. Trabalho com idéia de que o discurso político visa, principalmente, persuadir, ou seja, levar a crer, a acreditar, a aceitar. Vejo esse *jogo de identidades* como um *trabalho de articulação de alinhamentos* (Goffman, [1979]2002), que funciona justamente no sentido de facilitar ou promover a persuasão.

A noção de *alinhamento (footing)* de Goffman ([1979]2002) é um desdobramento do conceito de *enquadre (frame)* que ele apresentou em 1974, no estudo intitulado *Análise de Enquadres*. A noção de alinhamento reproduz, no plano interacional, a idéia de posicionamento físico relativo entre os vários participantes de uma interação. É possível dizer que os alinhamentos são o aspecto dinâmico ou discursivo dos enquadres. Ao se construir, discursivamente, na interação, com determinados atributos, características e qualidades (sob o aspecto pessoal), e como desempenhando papéis culturalmente determinados (sob o aspecto social), um orador estabelece com seus públicos relações de identificação ou oposição, de aprovação ou reprovação, de cooperação ou conflito. No discurso político, assim como na maioria das atividades humanas, o falante tende a buscar relações que chamo de positivas – identificação, aprovação, cooperação – pois essas relações, posicionamentos ou alinhamentos serão a base para a consecução do objetivo de persuasão que caracteriza o discurso político. No presente trabalho, minha análise buscará identificar, nas narrativas encaixadas em discursos selecionados do presidente Lula, as identidades que ele constrói na e pelas narrativas, como as constrói e que alinhamentos obtém (ou inviabiliza) com essas representações identitárias.

2.4

Narrativa

Desde meados do século XX percebe-se nas ciências humanas e sociais um interesse crescente pelos estudos narrativos, tendência que alguns autores batizaram de “virada narrativa”. As práticas narrativas estão “entre as práticas discursivas mais estudadas em pesquisas sobre a relação entre o discurso e as identidades sociais”, assinala Moita Lopes (2001, p. 62). Riessman (2001, p. 696) chama a atenção para o fato de que, no final do século XX, os estudos narrativos não mais se restringem aos estudos literários, mas estão presentes, segundo ela, em “quase todas as disciplinas e profissões” (2001, p. 696), isto é, em disciplinas como História, Antropologia, Psicologia, Sociologia, Sociolinguística e em profissões como direito, medicina, enfermagem, serviço social. Segundo Johnstone (2001, p. 643) “a essência do humano, por muito tempo caracterizada como a tendência para explicar o mundo em termos racionais, tem sido cada vez mais descrita como a tendência para contar histórias, para explicar o mundo através da narrativa” (minha tradução).

O interesse que a análise de narrativas tem despertado no âmbito dos estudos da linguagem deriva da constatação de que contar histórias pessoais é um recurso que usamos regularmente para organizar e dar sentido às nossas experiências (Bruner, 1990; Polkinghorne, 1988) e para compartilhá-las, nos construindo, nesse processo, enquanto sujeitos sociais. Por isso, estudar narrativas é, em última análise, estudar a sociedade em que vivemos (Schifrin, 1996; Bastos, 2005; De Fina, 2006). Penso que é justamente o caráter abrangente e revelador do molde narrativo que torna a análise da narrativa uma abordagem atraente e potencialmente muito produtiva.

2.4.1

O processo narrativo como processo cognitivo

Para essa chamada “virada narrativa” contribuíram teóricos e pesquisadores de várias áreas, entre eles, na Psicologia Social, Bruner e Polkinghorne. Ambos enfatizaram a ubiquidade da narrativa em nossas vidas e a centralidade da narrativa como instrumento de pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.

É de Bruner a frase muito citada que diz que, eventualmente, “nós nos tornamos nossas narrativas autobiográficas” (Bruner, 1987, apud Schiffrin, 1996, p. 169). Bruner defende a idéia de que “o sentido” (*meaning*) deva ser “o conceito central de uma psicologia humana” (Bruner, 1990, p. 33) e destaca a importância da narrativização como processo de construção, negociação e renegociação de sentidos (Bruner, 1990).

Polkinghorne (1988, p.1) define narrativa como “a forma primária de atribuir sentido à experiência humana”. Esse processo de *atribuição de sentido* sendo uma forma de construir conhecimento, decorre daí que, em Polkinghorne, o processo narrativo é um processo cognitivo. Para Polkinghorne há diferentes tipos de realidade que determinam as três esferas às quais está ligada a existência humana: a esfera material, a esfera orgânica e a esfera mental – cada qual com sua organização peculiar, o que faz com que nenhum sistema único de conhecimento seja capaz de dar conta de todos os níveis da existência humana.

Segundo Polkinghorne, o processo narrativo estabelece relações de causalidade entre ações e eventos, trabalhando com essa “dimensão primária da existência humana” (1988, p.20) que é a temporalidade e construindo “um tipo de sentido produzido na esfera mental” (1988, p. 6). Por tratarem da produção de sentido dentro da esfera mental, as ciências humanas precisam se precaver contra a importação pura e simples dos métodos quantitativos das ciências ditas exatas, os quais são adequados à esfera material; tomando como exemplo a História e a Crítica Literária, as ciências humanas devem criar e utilizar métodos apropriados à sua especificidade. Polkinghorne defende que, por ser a narrativa “o esquema básico para dotar de sentido a existência humana” (1988, p. 11), por fornecer a narrativa “o arcabouço para entendermos eventos passados e para planejarmos ações futuras” (1988, p. 11), as ciências humanas precisam “focar sua atenção na esfera do sentido em geral, e no processo narrativo em particular” (1988, p. 11).

2.4.2

O modelo laboviano

Na Sociolinguística, o início do interesse pelos estudos narrativos é marcado pelos trabalhos de Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972). Labov define narrativa

com “um método de recapitular experiências passadas combinando uma seqüência de orações com uma seqüência de eventos que (infere-se) realmente aconteceram” (Labov, 1972, p. 359). Uma série de orações independentes – chamadas por Labov de orações narrativas – ordenadas em seqüência temporal (na mesma seqüência cronológica das ações da experiência narrada) formam o *esqueleto* de uma narrativa. Para Labov, orações subordinadas e orações com verbos no imperfeito indicando hábitos ou ações recorrentes no passado não constituem uma narrativa. A narrativa laboviana se refere a um episódio único no passado.

O modelo de narrativa conhecido como modelo laboviano distingue seis partes numa narrativa (Labov, 1972): o *resumo*, que informa sobre o que é a história; a *orientação*, que fornece dados sobre o contexto da história respondendo às perguntas *quem?*, *onde?*, *quando?*; a *ação complicadora*, que consiste numa seqüência de orações narrativas ordenadas temporalmente dando conta de uma seqüência de eventos; a *resolução*, que fecha a série de orações narrativas respondendo à pergunta *como tudo terminou?*; a *avaliação*, que indica o ponto da história, ou seja, o sentido dos eventos narrados; e a *coda*, que indica o fim da história e, de maneiras variadas, faz a transição entre o tempo da história e o tempo presente.

Labov reconhece a existência de *narrativas mínimas*, isto é, narrativas que não contêm todas as seis partes. Segundo Labov, uma narrativa mínima pressupõe pelo menos duas orações narrativas ordenadas sequencialmente, ou, nas palavras do próprio Labov, “uma narrativa mínima se define como aquela que contém uma única juntura temporal” (Labov, 1972, p. 361). Conquanto o ordenamento temporal de pelo menos duas ações no passado seja indispensável para caracterizar uma narrativa, Labov e Waletzky, em seu artigo clássico de 1967, já consideravam que uma narrativa sem *avaliação* seria vazia, sem propósito, faltar-lhe-ia significado (Labov e Waletzky, 1967, apud Mishler 2002, p. 99). A narrativa laboviana, portanto, se caracteriza por duas funções: a referencial, da qual dão conta pelos menos duas orações narrativas ordenadas temporalmente correspondendo a duas ações no passado, e a avaliativa que remete ao ponto da história.

Há dois tipos básicos de *avaliação* na narrativa laboviana. O primeiro é a *avaliação externa*, quando o narrador interrompe a seqüência de orações narrativas e, através de uma ou mais orações avaliativas, emite opiniões sobre o sentido das ações narradas. A outra é a *avaliação encaixada* quando, utilizando recursos lingüísticos

variados (entre eles adjetivos, intensificadores lexicais, recursos prosódicos, diálogo construído) o narrador avalia o sentido das ações narradas sem interromper o fluxo narrativo. A avaliação pode (mas não precisa) aparecer ao final da ação complicadora, na forma de uma avaliação externa. A avaliação não tem uma localização específica dentro da estrutura narrativa, nem um formato determinado, pode percorrer toda a narrativa, pode tomar a forma de uma nova narrativa, de algumas frases, de um comentário de terceiros, de uma palavra, de alguns adjetivos, até mesmo de uma entonação (Labov, 1972, p. 369-374).

Sem se confundirem, avaliação, ponto e reportabilidade estão ligados. A avaliação, segundo Labov (1972, p. 366), “é talvez o elemento mais importante” numa narrativa depois da oração narrativa. A avaliação de uma narrativa é “o meio usado pelo narrador para indicar o ponto de uma narrativa, sua razão de ser: porque a história foi contada e onde o narrador quer chegar” (Labov, 1972, p. 363). Um narrador que conte uma narrativa sem um *ponto* se arrisca a ouvir de sua platéia a pergunta embaraçosa: e daí? (em inglês, *what's the point?*). O ponto, geralmente, tem a ver com o assunto que está sendo tratado na interação onde a história é contada e, por isso, a coda, que faz a transição com o presente, tem muitas vezes um caráter avaliativo, apresentando julgamentos sobre o que os eventos narrados significam para o presente da interação. Já para ser contável (*tellable*), ter reportabilidade (*tellability*), uma narrativa precisa se referir a um acontecimento fora do comum. Eventos rotineiros, esperados, normais não costumam ser material narrativo.

Como observa Bastos (2005), a abordagem laboviana “tem sido objeto de inúmeras e duras críticas”. A maior parte das críticas se refere ao fato do modelo de narrativa laboviano ser apresentado como uma estrutura descontextualizada e ao fato de Labov não problematizar a relação entre o evento passado e sua recuperação pela memória na elaboração narrativa. Inúmeros trabalhos foram desenvolvidos a partir dessas críticas e, nesse sentido, é possível dizer que a abordagem laboviana tem sido bastante fecunda pela quantidade de outros trabalhos e abordagens que provocou. Mesmo considerando as críticas acima e as limitações do modelo laboviano, penso que é proveitoso usá-lo, de modo flexível e incorporando alguns desenvolvimentos posteriores. No presente trabalho, usarei o modelo laboviano para delimitar narrativas dentro do corpo do discurso e usarei a noção de avaliação para ajudar a

entender por que a história está sendo contada, que sentidos estão sendo criados e que identidades estão sendo construídas através da seqüência de eventos.

Além do mais, dentro da perspectiva sócio-interacional que orienta minha análise, sempre considerarei as narrativas como construções *situadas* da experiência, o que colocará em evidência o contexto em que a narrativa ocorre e permitirá problematizar a relação entre os eventos e a narração dos eventos. Uso as colocações de Riessman, que vê as narrativas como *representações* da experiência vivida. É importante notar que o uso da palavra *representação* por Riessman não implica de maneira alguma numa visão essencialista ou referencialista, como se pode notar pela citação a seguir (minha tradução).

“A natureza e o mundo não contam histórias, só as pessoas o fazem. A interpretação é inevitável porque as narrativas são representações. A pesquisa pós-positivista não estabelece distinção entre fatos e interpretações (Stivers, 1993). A agentividade e a imaginação humanas determinam o que é incluído e o que é excluído no processo de narrativização, como os eventos são organizados e o que devem significar. Os indivíduos constroem ações e eventos passados em narrativas pessoais para reivindicar identidades e construir vidas.” (Riessman, 1993, p. 2)

Sendo, portanto, representações/construções da experiência, as narrativas têm um inevitável caráter interpretativo. Por outro lado, analisar narrativas é também uma atividade inevitavelmente interpretativa. Assim, “narrativas são interpretativas e, por sua vez, requerem interpretação” (Riessman, 1993, p. 22).

2.4.3

Histórias de vida e a perspectiva do presente

Ao elaborar as noções de história de vida, de coerência e de reportabilidade estendida, Linde (1993) retoma e, ao mesmo tempo, critica e expande noções labovianas.

A primeira e mais geral definição de histórias de vida é que elas “expressam nosso ‘eu’: quem somos e como chegamos a ser o que somos” (Linde, 1993, p. 3). Na leitura de Bastos e Santos (2006, p. 224), “histórias de vida se caracterizam por ser um tipo de narrativa através do qual as pessoas expressam o sentido que elas têm de si mesmas.” Segundo Linde, uma história de vida não se confunde com uma simples listagem de acontecimentos: é necessário estabelecer uma seqüência temporal, pois é

partir dessa ordenação temporal que é possível inferir causalidade e, portanto, construir coerência (Linde, 1993, p. 8, 13). A ordenação temporal dos acontecimentos numa narrativa de história de vida permite mostrar “como chegamos a ser o que somos” (Linde, 1993, p. 3).

Já a noção de reportabilidade estendida está ligada à idéia de que, em princípio, as histórias de vida incluem eventos marcantes da vida de uma pessoa, como escolha da profissão, casamento, nascimento de filhos, divórcio, perda de entes queridos, conversão religiosa ou ideológica, mudanças de cidade ou país, enfim, eventos cujos efeitos se fazem sentir a longo prazo, o que garante à história de vida ser contável e poder ser contada e recontada muitas vezes durante um longo período de tempo (Linde, 1993, p. 11, 21).

Um aspecto importante da noção de história de vida é o fato de que ela não é uma noção universal, e as convenções que dirigem a elaboração de uma história de vida, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, são culturalmente localizadas. Segundo Linde (1993, p. 11) (minha tradução), “tanto em seu conteúdo (o que inclui e o que exclui) como em sua forma (as estruturas que são usadas para torná-la coerente), [uma história de vida] é a criação de um membro de uma dada cultura”.

Outro aspecto também importante é que “em diferentes tempos, em diferentes ocasiões, e para diferentes ouvintes, as pessoas fazem diferentes relatos dos mesmos fatos e oferecem diferentes razões para esses fatos” (Linde, 1993, p. 4). Essas diferentes histórias baseadas em fatos que seriam supostamente os mesmos remetem não só à concepção das narrativas serem *representações/ construções/ interpretações* feitas no presente de eventos passados (Riessman, 1993), mas também às noções de tempo narrativo e perspectiva do presente (Mishler, 2002; Bastos e Santos, 2006).

Sobre o processo de construção de narrativas pessoais, Mishler afirma que “o ato de narrativizar reatribui significado aos eventos em termos das suas conseqüências, isto é, de como a história se desenvolve e termina” (Mishler, 2002, p. 106). Ou seja, o ordenamento temporal característico das narrativas seria apenas “uma estratégia para organizar os eventos em um enredo” (Mishler, 2002, p. 106), pois, com efeito, os enredos “são governados como um todo por seus modos de finalização” (Mishler, 2002, p. 104).

Vistas como formas de organizar e atribuir significado às experiências vividas (Polkinghorne, 1988; Bruner, 1990) e de nos construir enquanto sujeitos sociais

(Schiffrin, 1996; Bastos, 2005; De Fina, 2006), as narrativas são interpretações que o narrador faz no presente de eventos passados (Riessman, 1993). Ou seja, narrativas não trazem de modo neutro, objetivo (e mágico) os eventos do passado para o presente. Isto seria impossível até porque, mesmo no momento em que acontecem, eventos são vivenciados segundo as óticas particulares dos participantes. Eventos passados existem na memória e na interpretação de quem deles participou. E as histórias que os reproduzem não o fazem de modo inocente e neutro, o que é, por definição, impossível. As histórias são construídas no ato de narrar, em um determinado contexto, de acordo com a ótica e os objetivos do narrador no momento presente.